

Vão à sanção mudanças para comando da Polícia Federal

Só delegados poderão ocupar o cargo de diretor-geral do órgão. Para ingresso na carreira, texto exige concurso público e três anos de atividade jurídica ou policial

Criticada por agentes e papiloscopistas, foi aprovada no Plenário do Senado a medida provisória que restringe a delegados da classe especial o direito de ser diretor-geral do órgão. Oficialmente, cargo era de livre nomeação pelo

presidente da República, mas na prática a limitação já vinha sendo aplicada. Para outros cargos de chefia na instituição, nova medida provisória vai explicitar que não há restrições. Mudanças afetam também peritos federais e policiais civis do Distrito Federal. **12**

Sob o olhar de integrantes da Polícia Federal que lotaram as galerias, Romero Jucá (2º à esq.) defende o relatório que foi aprovado



Moreira Matiz/Agência Senado

Em Discussão!
é finalista do Prêmio Abrelpe de Reportagem **2**

Plenário confirma nomes para Dnit e Tribunal Superior do Trabalho **11**

Comissão aprova MP que cria incentivos para voos regionais **5**

Avança projeto sobre direito de greve do servidor público **6**

Texto cobra comprovação de qualificação de professores **8**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ministra Miriam Belchior afirmou na CMO que o governo vai fazer superávit fiscal sem prejudicar investimentos

Ministra defende mudança no superávit

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, defendeu ontem, em audiência na Comissão Mista de Orçamento, projeto

do governo federal enviado ao Congresso que muda a LDO de 2014 para ampliar o desconto da meta de superávit primário. **3**



Figueiredo depõe ao lado do senador Vital do Rêgo e do deputado Afonso Florence

Oposição critica CPI mista por interrupção de depoimento

Por causa do início da ordem do dia no Plenário do Senado, a fala do gerente de Contratos da Petrobras, Ed-

mar Diniz de Figueiredo, foi interrompida. Vital do Rêgo, presidente da CPI, disse que seguiu o Regimento. **7**

Jefferson Rudy/Agência Senado



AGORA É LEI
Lei 13.002/2014

O teste da linguinha nos recém-nascidos será obrigatório nas maternidades de todo o país.

Com ele o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

A lei entrará em vigor em 23/01/2015.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraLei



Senado Federal | Senado | Publicidade e Marketing

Sessão especial celebrou ontem o cinquentenário de fundação da ordem Irmãs de Maria de Banneux. A entidade, presente em 8 países, mantém serviços gratuitos de saúde e educação de jovens e crianças

Senado comemora 50 anos de congregação religiosa

O SENADO COMEMOROU ontem os 50 anos de fundação da Congregação das Irmãs de Maria de Banneux. Propositor da homenagem, José Sarney (PMDB-AP) enalteceu a obra social promovida pela ordem religiosa, presente em oito países. No Brasil desde 2002, a ordem se estabeleceu inicialmente em Santa Maria, no Distrito Federal.

— Comemoramos esses 50 anos louvando o que de bem e de bom as Irmãs de Maria de Banneux têm feito pelo Brasil e no mundo inteiro, espalhando bondade — destacou Sarney.

Além de promover ações contra a miséria e a fome, a congregação opera serviços de saúde gratuitos e também de educação e formação profissional de crianças e jovens carentes, por meio de escolas chamadas Vila das Crianças.

— É uma instituição que exerce uma extraordinária função, procurando as crianças e os adolescentes mais pobres e mais necessitados para dar-lhes uma formação que eles

não teriam se não fosse essa obra magnífica — disse Sarney.

O requerimento foi subscrito por Valdir Raupp (PMDB-RO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Jorge Viana (PT-AC), Pedro Simon (PMDB-RS) e Ruben Figueiró (PSDB-MS).

Fundador

Anibal Diniz (PT-AC), que presidiu a sessão, destacou a vocação do fundador da ordem, o padre americano Aloysius Schwartz, também conhecido como Padre Al, em servir aos pobres. Schwartz criou a congregação em 1964, na Coreia, então devastada pela guerra.

— Não é pouca coisa que o espírito missionário iniciado lá na Coreia pelo Padre Al permaneça sempre vivo também em todo o Brasil, por meio da Congregação das Irmãs de Maria — disse Anibal.

Para Raupp, a congregação, ao praticar a caridade, ensina a todos “a mais valorosa lição de generosidade e amor ao próximo”.

A cerimônia foi acompanhada por senadores e deputados. A congregação foi representada pela irmã Jucunda Hu, que dirige o Instituto Social das Irmãs de Maria de Banneux no Brasil, e pela diretora pedagógica, Márcia do Rocio Fava de Souza.

Também participou a irmã Marinei Ferreira dos Santos, primeira brasileira a ingressar na instituição. Ao agradecer o reconhecimento do Senado à ordem religiosa, ela disse que a homenagem foi o melhor presente recebido. Jovens alunas da escola em Santa Maria entoaram cânticos na sessão.

Em Santa Maria, a Vila das Crianças atua da educação infantil ao ensino médio, mantendo ainda diversos cursos profissionalizantes. Ali funciona também uma unidade de saúde que atende gratuitamente a população carente com clínica geral e pediatria, distribuição gratuita de remédios e acompanhamento de idosos, hipertensos e diabéticos.

Em Discussão! é finalista de prêmio de jornalismo

A revista *Em Discussão!* é finalista do Prêmio Abrelpe de Reportagem, concedido pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). A reportagem da 22ª edição, “Lixões persistem”, foi escolhida entre os mais de 100 trabalhos inscritos sobre o tema “Soluções sustentáveis para um futuro saudável”.

A avaliação da comissão julgadora, que inclui o jornalista Heródoto Barbeiro (Rede Record), foi feita com base em critérios como adequação ao tema, qualidade editorial, iconografia, criatividade, inovação, serviços e pesquisas de interesse do público-alvo, veracidade e diversidade de fontes de informação sobre o papel dos atores sociais envolvidos na questão do lixo.

O prêmio será entregue no dia 1º de dezembro, em São Paulo, às reportagens para meio impresso, rádio e televisão que evidenciam “esforço acima do comum ou uma abordagem diferenciada por parte da equipe para obtenção das informações utilizadas na reportagem, abrangendo os vários aspectos do tema”.



Na edição de setembro, revista trata do debate sobre o fim dos lixões

Entre os concorrentes estão reportagens da revista *National Geographic*, da Globo News, da CBN e da BandNews.

A revista, editada pela Secretaria Agência e Jornal do Senado, tem cinco anos e traz, a cada edição, um tema abordado em debates das comissões da Casa.

— A indicação é o reconhecimento de que o Senado oferece conteúdos jornalísticos de qualidade à população — afirmou o diretor da Secretaria de Comunicação, Davi Emerich.

Leia a edição “Lixões persistem”: www.senado.leg.br/emdiscussao



Raupp, Sarney e João Alberto Souza junto ao coral de alunas da Congregação das Irmãs de Maria, que cantou na sessão

Comissão pode homenagear ativista

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2014 determina que a sala 6 da Ala Senador Alexandre Costa, onde são realizadas as reuniões da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), receba a nova denominação de Plenário Chico Mendes. A proposta foi aprovada, ontem, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e segue agora para a Comissão Diretora para a decisão final.

O texto foi apresentado por Anibal Diniz (PT-AC), com a justificativa de que a comissão tem a competência de opinar sobre a proteção do meio ambiente, conservação da natureza, defesa do solo e

dos recursos naturais. Para o autor, esses assuntos estiveram “ligados à luta do ambientalista Francisco Alves Filho, conhecido mundialmente como Chico Mendes”.

Anibal afirmou ainda que, aprovando a proposta, o Senado estaria reconhecendo o valor de Chico Mendes de forma perene. O relatório de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) foi lido por Lúcia Vânia (PSDB-GO) e aprovado por toda a comissão.

Francisco Alves Mendes Filho começou a trabalhar como seringueiro aos 9 anos e só foi aprender a ler aos 20 anos de idade. Indignado com as condições de vida dos trabalhadores e dos moradores

da região amazônica, fundou o movimento sindical no Acre em 1975, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileira. Tornou-se um líder do movimento de resistência pacífica, ganhando apoio internacional.

Chico Mendes também atuou na luta pela posse da terra contra os grandes proprietários. Dessa forma, entrou em conflito com os donos de madeiras, de seringais e de fazendas de gado.

Ao completar 44 anos, foi assassinado na porta de casa pelo fazendeiro Darly Alves da Silva e o filho dele, Darci Alves Pereira, julgados e condenados a 19 anos de prisão, em 1990.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Carreira para médicos**
14h Análise da PEC 46/2013, que cria carreira de Estado para médicos.
- PRESIDÊNCIA Presidente do TCU**
11h Renan Calheiros recebe representantes de notários e registradores. Às 11h15, o deputado Beto Faro e o prefeito de Santa Maria do Pará. Às 12h, presidente do TCU, Augusto Nardes, entrega relatório do Fiscobras 2014. Às 16h, ordem do dia.
- CAS Fenilalanina**
9h Análise do PLC 107/2008, sobre advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.
- CDR Turismo**
9h Debate sobre a estruturação dos destinos turísticos brasileiros. Convidados o ministro do Turismo, Vinicius Lages, e o presidente do TCU, Augusto Nardes.
- CPI DA PETROBRAS Requerimentos**
9h30 Requisição de documentos.
- CCJ Empregados da Caixa**
10h Análise do PLS 76/2007, sobre a reintegração de funcionários da Caixa Econômica Federal demitidos de 1995 a 2003.

- CDH Mulheres vítimas de violência**
11h30 A Comissão de Direitos Humanos analisa o PLS 443/2011, de Humberto Costa, que garante à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual. Às 14h, o colegiado recebe um grupo de 70 estudantes da rede pública de ensino do DF para debater direitos humanos e a participação popular no processo legislativo.
- CCA Reunião secreta**
14h30 A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência faz reunião secreta para analisar requerimentos.
- CMO Relatório**
14h30 A comissão se reúne para examinar, entre outras proposições, o relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, ainda em tramitação no Congresso.
- MP Lei das ONGs**
14h30 Reunião da comissão destinada a elaborar parecer sobre a MP 658/2014, que prorroga para julho de 2015 a entrada em vigor do Marco Legal das ONGs.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Proposta enviada ontem ao Congresso dá maior liberdade ao Executivo para tentar atingir a meta de superávit primário diante do cenário atual de baixo crescimento econômico

Projeto do governo muda regra do superávit

A MINISTRA DO Planejamento, Miriam Belchior, disse ontem a senadores e deputados que o governo vai manter o compromisso com o superávit fiscal — economia para o pagamento de juros da dívida pública —, mas sem prejudicar os investimentos e os empregos. Defendeu, assim, o projeto enviado ao Congresso prevendo alteração na regra desse item da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014.

Na prática, a proposta (PLN 36/2014) retira da LDO o teto de abatimento da meta de superávit, originalmente estabelecida em R\$ 116,1 bilhões. A regra atual diz que o governo pode abater desse total R\$ 67 bilhões, com base nos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e nas desonerações tributárias destinadas a estimular setores da produção, principalmente o automobilístico.

O texto do projeto não estabelece um teto, abrindo a possibilidade de o governo



Segundo a ministra Miriam Belchior, o governo quer fazer o maior superávit possível mantendo investimentos e empregos

abater da meta até o total do PAC mais as desonerações, que já passaram de R\$ 120 bilhões. Com isso, o Executivo ficaria à vontade para manejar o superávit.

— O Executivo está comprometido em fazer o maior superávit possível até 31 de dezembro de 2014 e, ao mesmo tempo, garantir investimentos e incentivos dados por meio da desoneração de tributos às empresas. O governo pretende fazer superávit, mas, por outro lado, acha que também

é importante garantir investimentos, e, em decorrência deles, os empregos — afirmou a ministra, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Segundo ela, a medida visa compatibilizar a meta fiscal com o cenário de redução mundial de expectativas sobre o crescimento da economia.

— A redução de expectativas de crescimento aconteceu para diversos países. A Índia, entre março e outubro, caiu 1,4%. No caso dos emergentes, [a

queda foi de] 1,3%. Na zona do euro, 0,6%, assim como a China. E a economia mundial caiu 0,5% — disse.

Para a ministra, as dificuldades econômicas são menores no Brasil. Isso, segundo ela, em função de medidas tomadas pelo governo.

— Nos relatórios bimestrais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fomos ajustando a previsão de crescimento para este ano. Os relatórios servem para essa avaliação.

O problema enfrentado

pelo governo são os sucessivos déficits nas contas. Entre janeiro e setembro, o déficit primário (despesas maiores que receitas) chegou a R\$ 20,7 bilhões. Para conseguir a meta mínima de superávit de R\$ 49,1 bilhões (já considerando a regra original de abater, no máximo, R\$ 67 bilhões), o governo teria que poupar quase R\$ 70 bilhões entre outubro e dezembro, valor considerado difícil nas atuais circunstâncias.

Com o projeto, o governo terá margem para promover um abatimento suficiente para atingir a meta oficial.

— A situação brasileira é bastante confortável. O Brasil é um dos poucos países do G20 [grupo que reúne as maiores economias do planeta] que fizeram superávit em 2013. Em 2014, a previsão do FMI [Fundo Monetário Internacional] é de que todos os países do G20 terão déficit primário. O Brasil seguirá buscando fazer, e fará, superávit primário — afirmou a ministra.

“Ou a gente ajusta a LDO ou paralisa o país”, afirma o relator, Jucá

O relator do Orçamento para 2015, Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu a proposta de ajuste fiscal, a qual também relatará na CMO. Ele deve apresentar hoje o relatório sobre o PLN 36/2014.

O senador disse que o Congresso precisa aprovar o ajuste para sinalizar equilíbrio nas contas públicas brasileiras para os investidores internos e externos.

— Ou a gente ajusta a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] de 2014 ou paralisa o país. A proposta está inserida na realidade econômica de geração de emprego e atividade econômica que o Brasil tem que implementar. Temos

que fazer o ajuste necessário. Tanto o PAC quanto os abatimentos referentes a desonerações tributárias são importantes para a economia — afirmou.

Já o relator da Receita do Orçamento, deputado Paulo Pimenta (PT-SP), disse que a alteração da LDO de 2014 está em sintonia com o Orçamento do próximo ano, pois caminha na mesma direção de “como navegar em mares revoltos”, como aponta o cenário econômico futuro. O deputado, que nos próximos dias apresentará o relatório de reestimativa da receita, disse que buscará mecanismos para ampliar a expectativa da receita do governo dentro do cenário econômico atual.



Senador Jucá deve apresentar hoje relatório sobre o projeto enviado ontem ao Congresso

O PLN 36/2014 será analisado na CMO e depois no Plenário do Congresso Nacional (sessão conjunta de deputados e senadores).

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) apoiou a revisão do superávit primário de 2014.

Por sua vez, o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) disse estranhar o governo federal alterar as metas da LDO 2014 “no apagar das luzes”. Ele afirmou que o governo Dilma promove “maquiagem escandalosa” nas contas públicas e classificou a medida como uma “anistia antecipada” para “aqueles que não conseguem cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, como o ministro [da Fazenda] Mantega”.

— É falta de responsabilidade fiscal de quem gasta mais do que arrecada — disse o deputado.

Para 2015, crescimento de 3%, inflação de 5% e mínimo de R\$ 788

Miriam Belchior também apresentou na audiência da CMO o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. Ela disse que as despesas do governo com pessoal, previdência e dívida pública estão sob controle e que os investimentos em saúde, educação, infraestrutura e programas sociais continuam aumentando.

Os dados são os mesmos divulgados em agosto no envio ao Congresso da proposta orçamentária. O projeto prevê que a economia cresça 3%, alcançando um produto interno bruto (PIB) de R\$ 5,75 trilhões, com inflação de 5%. Além disso, o governo propõe um salário mínimo de R\$ 788,06 — aumento de 8,8%.

A estimativa de receita do governo é de R\$ 1,46 trilhão e a despesa, de R\$ 1,14 trilhão, sendo apenas R\$ 294 bilhões em despesas discricionárias, aquelas que o Executivo pode manejar livremente.

Entre as despesas, constam R\$ 230 bilhões das transferências constitucionais obrigatórias para estados e municípios. O resultado primário previsto é de R\$ 86 bilhões, ou 1,5% do PIB. Esse dinheiro é usado para compor o superávit primário.

Mesmo com o apoio de parlamentares governistas, o otimismo demonstrado por Miriam Belchior não contagiou a oposição. Eles acusaram o governo de não conseguir controlar gastos, de fazer “maquiagem” nas contas públicas e de nunca conseguir cumprir as metas de crescimento do PIB, controle da inflação e superávit primário.

O relator da LOA 2015, Romero Jucá, destacou o crescimento de investimentos em saúde e educação no Orçamento.

— Temos conseguido melhorar a peça orçamentária ano após ano.

Jucá apontou dificuldades na concretização de despesas e no que diz res-

peito aos restos a pagar do Orçamento, que são despesas contratadas em anos anteriores, mas que não executadas até o dia 31 de dezembro e têm de ser pagas nos exercícios seguintes. Ele disse que é preciso buscar um caminho novo para ampliar o ritmo de quitação.

O relator da Receita do Orçamento, deputado Paulo Pimenta (PT-SP), disse que o governo opta por enfrentar a crise mundial sem diminuir investimentos.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) também defendeu a proposta do Executivo e disse que o Orçamento para 2015 mantém os pressupostos sociais.

— O equilíbrio econômico do país e a responsabilidade fiscal do governo são observados nos cálculos, como o equilíbrio da despesa previdenciária, a despesa com pessoal, sem crescimento significativo da dívida bruta — afirmou.

O grande volume de recursos para o pagamento de juros da dívida pública — “maiores que os reservados

aos repasses a estados e municípios” — foi questionado pela senadora Ana Amélia (PP-RS). Ela também criticou o governo por investir pouco em energias alternativas e colocou em dúvida a capacidade de o país aumentar a geração de energia de acordo com o crescimento econômico. Em resposta, a ministra disse que o governo ampliou o percentual de energia eólica na matriz energética e que os leilões para geração eólica e de biomassa vão continuar.

Falando ao senador Ataídes Oliveira (Pros-TO), crítico do Sistema S — que recebe verbas do governo não incluídas no Orçamento —, a ministra explicou que Sesc, Senai e outras instituições semelhantes não pertencem à estrutura da administração direta ou indireta, que as receitas dessas entidades têm caráter parafiscal e que “o governo não tem como fazer nada enquanto isso não mudar”. (Com informações da Agência Câmara)

Avança projeto sobre gestão de regiões metropolitanas

Passou em primeira comissão o Estatuto da Metrópole, que apresenta regras para planejamento e execução de políticas públicas em áreas onde hoje vive mais da metade da população brasileira

FOI APROVADO ONTEM pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) projeto que fixa diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução de políticas públicas em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelos estados. O projeto do Estatuto da Metrópole (PLC 5/2014) será analisado em outras quatro comissões antes de ser votado no Plenário do Senado.

O deputado Walter Feldman (PSB-SP), autor do projeto, observa que mais da metade da população brasileira vive em regiões metropolitanas, mas o país ainda não tem uma lei para ordenar essas grandes ocupações urbanas e promover a gestão integrada dos municípios que compartilham dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas.

O texto busca potencializar a integração entre os municípios que formam uma região metropolitana e prevê a governança interfederativa, ou seja, o compartilhamento de responsabilidades entre entes da Federação no planejamento e na execução de ações.

O projeto prevê dez instrumentos para a gestão compartilhada, a começar pela elaboração de planos de desenvolvimento urbano integrado (PNDIs), passando por consórcios públicos, convênios de cooperação, parcerias público-privadas e a possibilidade de compensação por serviços ambientais.



Aloysio Nunes é relator da proposta que disciplina gestão metropolitana

A proposta também institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano Integrado, para captar recursos e financiar ações. Poderão ser aportados no fundo recursos do Orçamento da União, doações de pessoas físicas e contribuições de organismos nacionais e internacionais, entre outros. A aplicação dos recursos do fundo deverá ser supervisionada por um conselho deliberativo, com a participação da União, estados, municípios e representantes da sociedade civil.

Falta de regras

Atualmente estão definidas 60 regiões metropolitanas e 5 aglomerações urbanas. Essas áreas, que abrigam mais de 100 milhões de brasileiros, enfrentam lacunas legais, como a falta de regras para situações que envolvem municípios de diferentes estados. Para contornar o problema, surgi-

ram as regiões integradas de desenvolvimento econômico (Rides), instituídas pela União e, por isso, criticadas por ferir a lógica da governança interfederativa prevista nas regiões metropolitanas, conforme o relator do texto na CMA, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Para ele, o estatuto busca disciplinar o tema, sem invadir a competência dos estados.

— Com base nas diretrizes propostas, poderá ser reduzida a distância entre a intenção e o gesto de superar as delimitações geopolíticas para estabelecer mecanismos de planejamento e gestão interfederativa — afirmou.

A proposição define metrópole e região metropolitana, indicando aspectos como a continuidade territorial e influência nacional ou sobre uma região, em razão do tamanho de sua população e relevância política e socioeconômica.

Baixa qualidade nos serviços pode aumentar taxa para teles

Proposta de Vital do Rêgo (PMDB-PB) que institui incentivo para melhorar o atendimento aos usuários dos serviços de telecomunicações foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O PLS 502/2013 reduz o valor de taxa cobrada sobre as prestadoras que cumprirem as metas de qualidade fixadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e aumenta a cobrança sobre as empresas que descumprirem essas metas.

O objetivo da proposta é associar a base de cálculo da taxa de fiscalização de funcionamento (TFF) às metas de qualidade. A TFF é uma das taxas cobradas pela Anatel para formar o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

De acordo com o projeto, a TFF será paga, anualmente, até o dia 31 de março, com valores correspondentes a 30% dos fixados para outra taxa, a de fiscalização de instalação (TFI), acrescidos de 15% para as empresas cujas metas de qualidade de atendimento aos usuários não forem cumpridas.

Segundo Vital, a proposição visa estimular as teles a se esforçarem para melhorar os serviços prestados aos usuários, principalmente por meio de *call centers*.

Ele explica que, por um lado, o projeto reduz o valor (de 33% para 30%) da TFF sobre toda estação em serviço no país, inclusive sobre os terminais móveis dos assinantes. E, por outro lado, gera

um acréscimo (15%) sobre o valor-base da taxa em caso de descumprimento das metas de qualidade.

“As prestadoras de serviços de telecomunicação, ao não resolverem os problemas apresentados pelos usuários, acabam provocando um aumento na procura e, portanto, nos custos operacionais da central de atendimento da agência reguladora”, ressalta o senador.

Banda larga fixa

Desde 2011, a Anatel vem publicando novos regulamentos de qualidade para os principais serviços, definindo metas a serem observadas pelas operadoras. O regulamento de qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (banda larga fixa), por exemplo, prevê que a relação entre o total de reclamações recebidas, em todos os canais da prestadora, e o número total de acessos em operação, no mês, não deve ser superior a 1%, meta avaliada por um indicador específico.

Além disso, a relação entre o número total de reclamações recebidas pela Anatel em desfavor da prestadora e o número total de reclamações recebidas em todos os canais de atendimento da prestadora, no mês, não deve ser superior a 2%.

O relator, João Capiberibe (PSB-AP), eliminou dispositivo que propunha critério geográfico para a aferição das metas de qualidade. A matéria segue para a decisão final da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Gleisi Hoffmann pede maior participação feminina na política

Gleisi Hoffmann (PT-PR) lamentou a baixa participação feminina no processo eleitoral e defendeu medidas que assegurem mais vagas para mulheres no Legislativo. A senadora ressaltou que, apesar da reserva de 30% das vagas para cargos eletivos nos partidos políticos para as mulheres, as deputadas federais ocupam menos de 10% das cadeiras da Câmara.

Ela propõe que 50% das cadeiras da Câmara e um terço das do Senado sejam destinadas a mulheres.

— O mundo da política é eminentemente masculino, e isso está no subconsciente coletivo, onde as pessoas projetam nas candidaturas masculinas uma maior capacidade de representação. Então, é importante que as mulheres tenham as mesmas condições de disputa eleitoral — disse.



Genildo Magela/Agência Senado

Paim defende projeto que garante vagas para mulheres no Senado

Paulo Paim (PT-RS) defendeu projeto de Anibal Diniz (PT-AC) que destina para mulheres uma das duas vagas em disputa por estado nas eleições em que há renovação de dois terços das cadeiras do Senado (PLS 132/2014).

Paim, relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ressaltou que atualmente menos de 15% das vagas do Congresso são ocupadas por mulheres.

O senador lembrou que as mulheres hoje representam 51% da população e criticou a exigência legal de apenas 30% de candidaturas femininas nas eleições para cargos proporcionais, como deputados federal e estadual e vereadores.

— O Brasil, em relação aos outros países, está lá embaixo na participação das mulheres na política — observou.



Genildo Magela/Agência Senado

Capiberibe critica sistema eleitoral e quer reforma política

João Capiberibe (PSB-AP) criticou o sistema eleitoral brasileiro e ressaltou a importância de a sociedade e o Congresso realizarem a reforma política.

A compra de voto e de tempo no rádio e na TV seriam exemplos, segundo o senador, que comprovam que a política brasileira está enferma e que o resultado das eleições no país está nas mãos do poder econômico.

— Há fortes sinais de falência do sistema político. Se, imediatamente, não acertamos uma campanha de resgate da política e da participação política, talvez seja tarde demais — afirmou.

Capiberibe considerou que não se pode atribuir inteiramente a responsabilidade da reforma aos agentes políticos. Para ele, a sociedade precisa acordar para a situação e participar dos acontecimentos políticos do país.



Genildo Magela/Agência Senado

Jarbas repudia grupos que defendem volta da ditadura militar

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) manifestou repúdio às manifestações de grupos que defendem a volta da ditadura. Esses grupos, segundo ele, argumentam que só isso acabaria com os erros e a corrupção cometidos pelo governo do PT.

O senador, que começou a carreira política há mais de 40 anos, justamente lutando contra a ditadura, afirmou que não é com ditaduras que se pode combater o governo.

— Mesmo sabendo que esses grupelhos são insignificantes, eles podem causar perturbação na vida política do Brasil. São segmentos que não têm representatividade para falar em nome do sentimento dos brasileiros. Fazem barulho por causa das redes sociais e da dimensão exagerada dada a eles pelo próprio PT, que tenta vinculá-los, deliberadamente, à oposição — afirmou.



Genildo Magela/Agência Senado

Comissão especial aprova substitutivo de Flexa Ribeiro a medida provisória que prevê subsídios à aviação regional e prioriza rotas com origem ou destino na Amazônia Legal

MP que incentiva voo regional vai a Plenário

A MEDIDA PROVISÓRIA que estimula operações de empresas aéreas em aeroportos regionais foi aprovada ontem em comissão especial e segue para votação nos Plenários da Câmara e do Senado. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou substitutivo à MP 652/2014, editada em julho e com prazo de validade expirando em 24 de novembro. A medida criou o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR).

Um acordo de líderes garantiu a votação da iniciativa, que destina subsídios para voos regionais e prioriza rotas com origem ou destino na Amazônia Legal.

O senador retomou o texto original, fixando o limite dos subsídios em 50% dos assentos dos voos regionais, com limite para aeronaves de até 60 lugares. No caso da Amazônia, vale apenas o limite de 60 assentos.

Também ficou acertado que 30% do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), de onde sairão os recursos, serão



Substitutivo de Flexa Ribeiro (E) fixa prazo para as subvenções: medida perderá validade se não for aprovada até dia 24

destinados para as empresas aéreas e o restante para investimento na infraestrutura dos aeroportos. O fundo é formado pela arrecadação junto às concessionárias dos grandes aeroportos. Para o relator, o texto original não estabelecia um teto, abrindo espaço para transformar todos os recursos do fundo em subsídios.

Flexa fixou o prazo de duração das subvenções em cinco anos, renováveis por mais cinco. O substitutivo

também define aeroportos regionais como aqueles com densidade de tráfego de até 600 mil passageiros/ano. No caso da Amazônia Legal, o número considerado será de até 800 mil.

— Isso ocorre devido às peculiaridades da região, que tornam o transporte aéreo um meio indispensável para a integração de comunidades isoladas e de materiais indispensáveis — afirmou o relator.

Flexa Ribeiro manteve a

determinação de que os subsídios sejam direcionados a operações regulares de voos domésticos e de serviços de táxi-aéreo regionais.

O senador retirou da MP a referência ao tipo de aeronave como um dos critérios para a concessão dos subsídios. Segundo ele, a escolha poderia favorecer determinada empresa, “o que afrontaria o princípio da impessoalidade”. Flexa lembrou que a Gol, por exemplo, tem a frota forma-

da por Boeings; a TAM atua principalmente com Airbus; e a Azul opera Embraer.

Concorrência

O substitutivo estabelece também que a União, na regulamentação do PDAR, estimule a livre concorrência entre companhias aéreas, fabricantes de aeronaves e fornecedores de equipamentos. Além disso, o texto permite que empresas de aviação civil possam ter capital estrangeiro na composição, desde que submetidas às leis brasileiras. Segundo Flexa Ribeiro, o objetivo é incentivar o investimento externo direto, a arrecadação tributária e a geração de empregos com a instalação de empresas no Brasil.

O senador também incluiu dispositivo para que as empresas em situação legal com o poder público comprovem regularidade no pagamento de tarifas aeroportuária e de navegação aérea.

(Com informações da Agência Câmara)

Lei Geral das Antenas deve ser votada hoje

O projeto da Lei Geral das Antenas (PLS 293/2012), que unifica regras para instalação e compartilhamento de torres de telefonia e garante mais celeridade aos processos de autorização para empresas de telecomunicações, deve ser votado em Plenário hoje. A matéria foi aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) ontem e passou a tramitar em regime de urgência.

O relator da proposta na CCT, Walter Pinheiro (PT-BA), rejeitou o substitutivo da Câmara ao texto, mas acatou dispositivos que, a seu ver, aperfeiçoam a redação anterior. Uma sugestão adotada, por exemplo, excluiu a obrigatoriedade do compartilhamento das

antenas instaladas até maio de 2009, quando da edição da chamada Lei da Radiação (Lei 11.934/2009), que obriga o compartilhamento de torres que estiverem a menos de 500 metros de distância.

Segundo Pinheiro, a mudança dá segurança jurídica aos investimentos realizados antes da referida lei e evita

transtornos aos consumidores, que sofreriam com a cobertura deficiente resultante da retirada de torres hoje em funcionamento.

Ontem, ao fim da ordem do dia, o presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou inclusão da matéria na pauta de hoje. Se aprovado, o texto irá para sanção presidencial.



Em reunião ontem, a Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou a proposta

Projeto restringe exposição a campos eletromagnéticos

A preocupação com possíveis riscos pela exposição humana aos campos eletromagnéticos gerados pelas estações de transmissão também é tratada na proposta da Lei Geral das Antenas. O projeto, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), determina que a instalação de antenas deve obedecer a limites de exposição definidos na legislação e em regulamentos específicos.

O texto estabelece como competência federal a fisca-

lização do atendimento aos limites, mas órgãos estaduais, distritais ou municipais terão a obrigação de informar ao órgão regulador federal sobre indícios de irregularidades.

O projeto prevê ainda que as estações transmissoras serão avaliadas por entidade competente, que emitirá relatório a ser publicado na internet. As estações que estiverem de acordo com as exigências legais, diz o texto, “não poderão ter sua instalação impedida por razões

relativas à exposição humana a radiação não ionizante”.

A população deverá ser informada sobre os limites legais de exposição humana aos campos eletromagnéticos, em ações de esclarecimento promovidas pelas operadoras e governos federal, estaduais e municipais.

Pelo texto, fica permitida a instalação de estações transmissoras em bens privados ou públicos, com a devida autorização do proprietário do imóvel.

Exigência de farmacêutico volta a causar polêmica em audiência

A presença obrigatória de um farmacêutico na farmácia voltou a causar divergências ontem, em audiência pública promovida pela comissão que analisa a MP 653/2014, que trata do assunto. Na primeira audiência sobre o tema, na semana passada, a exigência já havia provocado polêmica.

A MP 653/2014 relaxa a exigência de farmacêutico em farmácias caracterizadas como pequenas ou microempresas. Pela Lei 13.021/2014, publicada em agosto, a presença desse profissional é obrigatória em todos os estabelecimentos farmacêuticos.

Para o assessor jurídico da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, José Levi de Mello Amaral Júnior, a MP é importante principalmente para as pequenas localidades, em que há dificuldade para encontrar farmacêuticos.

Para o presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Walter da Silva João, a MP “mutila” a lei original. Ele

disse que a versão final da lei foi redigida no gabinete da Casa Civil, com representantes de vários setores do comércio de remédios. Para João, o interesse econômico não pode se sobrepor ao da saúde.

Para o diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, José Miguel do Nascimento Júnior, a Lei 13.021 representa uma conquista para o povo brasileiro, ao identificar a farmácia como uma unidade de saúde, e não comercial.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) lembrou que a Lei 13.021 passou, ao longo de 17 anos, por todas as tramitações e debates possíveis e contou com o compromisso do governo e das entidades representativas.

— Eu não entendi a troca de quê a Presidência da República editou essa medida provisória. Só serve para judicializar o processo — criticou o deputado, que voltou a defender a perda da validade da MP.



Debatedores divergem sobre presença de farmacêutico em farmácia pequena

Projeto que regula o direito previsto na Constituição determina, por exemplo, que os funcionários mantenham pelo menos 60% do pessoal trabalhando durante as paralisações nos serviços essenciais

Comissão aprova direito de greve do servidor público

FOI APROVADO ONTEM pela Comissão Mista de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre o direito de greve do servidor público. Com a aprovação, o texto se torna um projeto, que ainda terá de passar pelos Plenários da Câmara e do Senado.

— Esse não é o texto final, é um texto inicial de uma discussão. As emendas do Senado e da Câmara virão a esta comissão — disse Jucá.

As discussões para a regulamentação da greve dos servidores partiram de projeto (PLS 710/2011) do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O texto aprovado pela comissão reconhece o direito de greve dos servidores públicos, que

devem ser livres para decidir quando exercê-lo. O relator incluiu regra para que a participação na greve não seja critério de avaliação de desempenho, avaliação de índices de produtividade ou justificativa de incapacidade para desempenho de função.

Jucá acolheu sugestão dos sindicalistas de reduzir, de 80% para 60%, o percentual mínimo de funcionamento dos serviços essenciais durante greves — entre eles, emergências de hospitais, abastecimento de água e de energia, coleta de lixo, defesa civil e controle de tráfego aéreo, educação infantil, ensino fundamental e segurança pública. Já os não essenciais terão 40% do funcionamento preservado.

— O serviço público é pago pela sociedade, não visa ao lucro. A greve é legítima, é importante, mas tem que ser feita sob determinados padrões.

Para chegar a um consenso, Jucá diminuiu o intervalo mínimo entre o comunicado de greve e a deflagração, de 15 para 10 dias. Ele também incluiu a proibição da greve nos 60 dias que antecedem as eleições.

O senador ainda acrescentou parágrafo para suspender o porte de arma dos servidores que aderirem à greve nos serviços e atividades essenciais, durante atos e manifestações.

Apesar de previsto na Constituição, o direito de greve do funcionalismo público nunca foi regulamentado.



Relatório de Jucá (à mesa, à dir.) torna-se projeto de lei que será submetido aos Plenários da Câmara e do Senado

Projeto sobre domésticos volta à Câmara

Na mesma reunião, a Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais rejeitou as 58 emendas da Câmara ao projeto de regulamentação dos direitos dos empregados domésticos (PLS 224/2013 — Complementar). O texto voltará aos deputados, que decidirão se as emendas serão mantidas.

— As emendas descaracterizavam o projeto que o Senado aprovou. Entendemos que a proposta do Senado, aprovada

por unanimidade, é uma proposta moderna, que regulariza o emprego doméstico, e queremos ver o emprego doméstico fortalecido — afirmou o relator, Romero Jucá.

O projeto foi elaborado para regulamentar a Emenda Constitucional 72, promulgada em abril de 2013, resultante da PEC das Domésticas. Aprovado em julho de 2013 pelo Senado, o projeto seguiu para a Câmara, onde recebeu emendas em Plenário.

Jucá disse que vai pedir à Câmara rapidez na nova votação. Para ele, a proposta deveria ter sido aprovada há seis meses.

Sem a regulamentação, ficam em aberto, por exemplo, pontos relativos à jornada de trabalho e ao pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Caso a Câmara decida contra o relatório da comissão e insista em mudar o projeto, o texto terá de voltar ao Senado. Se for aprovado como está, seguirá para sanção presidencial.

Casildo ressalta avanços da maricultura em Santa Catarina

Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou programa catarinense de reorganização da maricultura, atividade de criação de frutos-do-mar em fazendas no litoral.



Santa Catarina é responsável por 95% da produção nacional de moluscos marinhos, que chega a 19 mil toneladas ao ano. Com o ganho de produtividade garantido pela me-

Pelo programa, a ser implantado nos próximos seis anos, os maricultores terão novas áreas para cultivar mexilhões e ostras. Além disso, haverá a formalização dos trabalhadores, que terão mais crédito para investir em mecanização e controle sanitário, relatou.

O senador lembrou que

canização e por novas áreas de cultivo, a produção de mexilhões poderá alcançar 160 mil toneladas ao ano em até cinco anos, relatou.

— Esse avanço, segundo pesquisadores, colocaria o Brasil no patamar do Chile, o maior produtor do molusco na América do Sul.

Fleury defende Senar, mas diz que sistema deve ter mais fiscalização

Fleury (DEM-GO) ressaltou ontem em Plenário que o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), que faz parte do Sistema S, usa o dinheiro que arrecada dos



Fleury defendeu a atuação do Senar, mas reconheceu a necessidade de se fiscalizar o uso do dinheiro do sistema.

— Como sou um homem do campo, é o sistema de que

empresários do setor rural em cursos gratuitos para os trabalhadores do campo. A afirmação foi feita um dia após discurso de Ataídes Oliveira (Pros-TO), segundo o qual o dinheiro destinado às entidades do sistema é usado para outros fins que não o de capacitar trabalhadores.

tenho mais conhecimento. O Senar arrecada dos fazendeiros, [o dinheiro] vai para a federação de Agricultura e vem para a CNA [Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil]. O dinheiro é devolvido em cursos gratuitos para os operadores, os homens do campo — disse o senador.

Kaká pede atenção do governo para necessidades dos idosos

Kaká Andrade (PDT-SE) afirmou ontem que o crescimento do número de idosos no país exige do governo políticas públicas mais efetivas para garantir melhores condições de vida a essa população.



o desrespeito e a discriminação dos idosos em todos os níveis.

Kaká reconheceu que os desafios não são facilmente superados e citou como exemplo a

Na avaliação do senador, os novos desafios serão maiores nas áreas de saúde, educação, moradia e segurança, para combater a negligência, os maus-tratos, os abusos, a exploração financeira,

questão da formação de cuidadores de idosos. Segundo ele, até o final de 2013 deveriam ter sido formados 150 mil cuidadores, mas apenas 1% da meta foi cumprida.

— É preciso deslocar mais recursos federais para esse fim, urgentemente — alertou.

Texto que regulamenta punição a trabalho escravo recebe emendas e será reexaminado

Das 55 alterações sugeridas por senadores ao projeto que regulamenta a Emenda Constitucional do Trabalho Escravo (EC 81), 29 foram acatadas no relatório de Romero Jucá (PMDB-RR). O parecer foi aprovado ontem pela Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais.

Agora o projeto (PLS 432/2013) que regulamenta a EC 81 voltará, com as emendas, para nova análise dos senadores.

O texto prevê a expropriação de terras

onde se verifique trabalho escravo. A votação vinha sendo adiada desde junho. Uma das questões polêmicas era o conceito de trabalho escravo. Muitas emendas visavam incluir a jornada exaustiva e as condições degradantes na caracterização, mas o relator rejeitou as alterações. Para ele, os conceitos são abertos e subjetivos.

— Uma coisa é trabalho escravo. Outra coisa é algum tipo de irregularidade trabalhista — disse.

Com isso, foi mantida a definição já

presente no projeto, que considera para a caracterização do trabalho escravo a submissão a trabalho forçado, sob ameaça de punição, com uso de coação ou com restrição da liberdade pessoal.

Entre as modificações acatadas, está a retirada da necessidade de trânsito em julgado de ação penal como condição para a ação de expropriação de terra.

Além disso, o relator aceitou incluir no texto a possibilidade de imóvel registrado em nome de pessoa jurídica

ser expropriado. O projeto também passou a estabelecer que os bens apreendidos sejam revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O relator ainda deixou claro no texto que estão sujeitos à expropriação os imóveis onde houver exploração de trabalho escravo diretamente pelo proprietário. A mudança tem o objetivo de resguardar, por exemplo, o dono de imóvel alugado em que o locatário é o responsável pela prática.

Ordem do dia interrompe fala de gerente a CPI

Oposicionistas criticaram presidente da comissão mista por dar sessão como encerrada sem que executivo da Petrobras prestasse todos os esclarecimentos esperados

O DEPOIMENTO DO gerente de Contratos da Petrobras, Edmar Diniz de Figueiredo, à CPI mista que investiga denúncias de irregularidades na estatal, ontem, foi interrompido sem que o executivo apresentasse muitas informações aos parlamentares. A reunião foi encerrada antes do fim da oitiva devido ao início da ordem do dia no Plenário do Senado.

Figueiredo deveria dar detalhes sobre as denúncias de pagamento de propina a empregados da estatal pela companhia holandesa SBM Offshore. No entanto, ele só contou que uma comissão da Petrobras investigou a denúncia e que não foram encontradas evidências dessa prática.

A CPI não examinou os requerimentos de convocação do ex-diretor da área de Serviços da estatal Renato Duque e do presidente licenciado da Transpetro, Sérgio Machado. Uma nova reunião da CPI mista foi marcada para a terça-feira.

Deputados oposicionistas ficaram inconformados com a decisão do presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), de encerrar a reunião sem a análise dos



Edmar Diniz de Figueiredo, gerente da Petrobras, fala a parlamentares da CPI

requerimentos e antes de concluir o depoimento.

O senador interrompeu os trabalhos depois de ser alertado pelo líder do PT, senador Humberto Costa (PE), sobre o início da ordem do dia.

Os deputados deixaram a sala afirmando que a reunião foi “uma farsa montada pela base do governo com a participação do presidente”.

— O líder do governo e o presidente da CPI se articularam, mataram a sessão para impedir a votação dos requerimentos. As CPIs nunca foram interrompidas por causa de votação. A tradição é que os parlamentares se desloquem, mas a sessão continua — disse Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

Segundo os deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Carlos Sampaio (PSDB-SP), a oposição pedirá em fevereiro a instalação de uma nova CPI mista para continuar as investigações da atual, que deve ser extinta em dezembro.

Vital disse que o Regimento Interno do Senado não permite coincidir reunião de comissão com a ordem do dia.

— As articulações políticas não me cabem — afirmou.

Humberto Costa disse que não tem poder para paralisar qualquer comissão.

— O presidente da Casa determinou que todos viessem ao Plenário votar. Eu não tenho esse poder. Só quem tem é o presidente — afirmou.

Oposição nega haver acordo para evitar convocação de políticos

A oposição negou a existência de um acordo para evitar a convocação de políticos para depor na CPI Mista da Petrobras. O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) acusou o PT de ter deturpado um acordo de procedimento que previa apenas a divisão dos próximos depoimentos em duas etapas: primeiro seriam ouvidos o ex-diretor da Área de Serviços da Petrobras Renato Duque e o presidente licenciado da Transpetro, Sérgio Machado; e depois, agentes políticos. Sampaio criticou o relator da CPI, deputado Marco Maia (PT-RS):

— Não participo de este lionato proposto pelo relator, que colocou na mesma vala partidos que nada têm a ver. O PSDB pediu a instauração desta CPI; o PT quer afundá-la. O PSDB não trata como herói criminosos presos.

Marco Maia não compareceu à reunião de ontem. Ele informou ter sofrido um acidente de moto.

Também ausente da reu-

nição, o líder do PT, senador Humberto Costa (PT-PE), reiterou que a oposição concordou que não faria sentido convocar agentes políticos neste momento, por causa do prazo exíguo para encerramento dos trabalhos da CPI mista, que deve ter o prazo prorrogado até 22 de dezembro.

— Convocar parlamentares que estão citados pelos jornais como integrantes de listas é algo que não caberia, porque não temos acesso à delação premiada. Não houve acordo para impedir que viessem aqui tais ou quais pessoas, mas entendimento para não passarmos por um papel ridículo de convocar pessoas que não virão, até porque não há tempo para isso — afirmou Humberto.

O deputado Enio Bacci (PDT-RS) alegou ter sido pressionado a não comparecer à reunião para prejudicar o quórum. Ele relatou ter sido até ameaçado de substituição na comissão.

Mudança na Lei das ONGs será examinada em comissão mista

Está marcada para hoje a instalação de comissão mista (formada por senadores e deputados) encarregada de analisar a Medida Provisória 658/2014, que adia a entrada em vigor da Lei das ONGs. A MP, editada em 30 de outubro, transfere de novembro deste ano para julho de 2015 o início da vigência

da Lei 13.019/2014, que estabelece normas de parcerias entre governo e organizações civis.

A medida também altera as regras de transição. Pela lei original, as parcerias existentes no momento em que a norma entrar em vigor seguirão as normas do período em que foram fir-

madas. A regra não vale para parcerias prorrogadas após a promulgação da lei, exceto no caso de prorrogação de ofício, exclusivamente para a hipótese de atraso na liberação de recursos por parte da administração pública.

A exceção agora, conforme a MP, é para as parcerias firmadas depois de

a lei entrar em vigor, e não depois da promulgação.

Na reunião de hoje, deverão ser escolhidos o presidente e o vice-presidente do colegiado, além do relator e do relator-revisor da medida. A Lei das ONGs é decorrente de projeto de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Vanessa Grazziotin registra manifesto contra austeridade fiscal



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) parabenizou o grupo de mais de 50 economistas que publicou um manifesto contradizendo a ideia divulgada pela mídia de que a austeridade fiscal e monetária é a única solução para os problemas da economia brasileira.

No manifesto, os economistas alertam que a austeridade é ineficaz para a retomada do crescimento e o combate à inflação. Afirmam ainda que a austeridade agravou a recessão, o desemprego, a desigualdade e os problemas fiscais nos países desenvolvidos que a adotaram. Eles acreditam que os resultados para o Brasil também seriam ruins.

Na análise, relatou a senadora, os economistas afirmam ainda que a atual proporção da dívida pública líquida em relação à renda nacional não é preocupante e que o governo sempre conseguiu manter a inflação dentro da meta.

— Nós sabemos que não é bem assim. A meta da inflação, por exemplo, foi atingida sempre. Se o PIB não cresce como gostaríamos, por outro lado o direito dos trabalhadores e as políticas sociais continuam a pleno vapor, tal como o investimento público, que é muito importante, porque os investimentos revertem em qualidade de vida para as pessoas — disse.

Jucá pede votação de emendas a projeto sobre guarda compartilhada



Romero Jucá (PMDB-RR) solicitou ontem que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprecie as emendas de autoria dele à proposta que trata da guarda compartilhada de filhos. O senador disse ser favorável à proposta e explicou que as modificações buscam aperfeiçoar o projeto para evitar a violência

contra as crianças e promover a transparência na decisão do juiz sobre a guarda compartilhada.

Conforme explicou o senador, a primeira emenda exige clareza na decisão do juiz no caso de negativa. Para ele, é necessário que o magistrado não apenas negue, mas justifique a decisão.

A segunda emenda de Jucá exige que o juiz ou membro do Ministério Público que tomar conhecimento de violência contra criança fique responsável pelas providências que devem ser adotadas.

A terceira emenda estabelece que a guarda compartilhada será praticamente automática, a não ser que haja denúncia de violência física ou psicológica contra a criança.

— Sou a favor da guarda compartilhada. Agora, eventualmente, qualquer violência deve ser coibida com rapidez para nós não termos outras vítimas, como no caso da criança [Isabella] Nardoni — disse Jucá.

Malta elogia papa Francisco pela criação de conselho contra pedofilia



Magno Malta (PR-ES) elogiou o papa Francisco pela iniciativa de criação de um conselho judicial para lidar com crimes de pedofilia cometidos por padres.

A medida entrou em vigor ontem e o conselho, ligado à Congregação para a Doutrina da Fé, será composto por sete cardeais ou bispos escolhidos pelo papa Francisco.

— Quero cumprimentar por isso o papa: os meus respeitos, a minha simpatia. E, mais uma vez, exaltar sua sensibilidade na defesa das crianças. O pedófilo não é sacerdote. Padre não abusa de criança, nem pastor. Esses canalhas se valerem do sacerdócio para terem possibilidade de estarem próximos de crianças e cometerem crime na certeza de que estavam acobertados pelo manto da aura de serem ministros — afirmou.

O senador falou sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, onde teve a “oportunidade de prender pastores e padres”.

— O Brasil, que foi pautado pela CPI da Pedofilia, hoje discute, denuncia, fala, não quer criança abusada e não quer conviver com o abusador. Nós vamos continuar alertas na defesa dos filhos desta terra — completou.

Originada de sugestão de estudante que participou do Projeto Jovem Senador, a proposta reforça regra já existente no Plano Nacional de Educação, aprovado neste ano

Professores deverão comprovar qualificação

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que obriga os professores em exercício ou contratados para lecionar no ensino básico a comprovar qualificação. O texto segue para decisão do Plenário, com a aprovação de requerimento de urgência feito por Paulo Paim (PT-RS).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 185/2012, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nasceu de uma sugestão feita em 2011 pela estudante baiana Adriele Souza, participante do Projeto Jovem Senador. Na época, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) presidia a CDH e encaminhou a proposta.

O texto modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educa-

ção para assegurar expressamente que os professores em exercício ou contratados para lecionar no ensino básico comprovem qualificação. Precisamente, o projeto obriga o Estado prover professores qualificados no sistema educacional.

Ana Rita (PT-ES) chegou a pedir vista do projeto, relatado por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Depois a senadora retirou o pedido de vista, porque percebeu que o projeto apenas reforça e não contradiz o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado este ano.

— Então, se reforça, na verdade o projeto fica prejudicado de uma certa forma, mas não traz prejuízos, porque não é contraditório. Ele reforça o plano, aprovado após a apresentação da iniciativa da



Senador Cyro Miranda (sentado à mesa) em reunião da Comissão de Educação, ao lado do senador Aloysio Nunes (em pé)

estudante. Então, para valorizar a estudante, valorizar o Projeto Jovem Senador, eu retiro a vista para que ele seja votado — afirmou.

A comissão adiou a votação

do projeto que prevê a mudança de dia de alguns feriados, quando caírem em dias de semana. O substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 296/2009, feito por Flexa

Ribeiro (PSDB-PA), pretende antecipar para as segundas-feiras a comemoração dos feriados que caíam entre terças e sextas-feiras. O substitutivo traz como exceções os dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), Carnaval, Sexta-Feira Santa, 1º de maio (Dia do Trabalhador), Corpus Christi, 7 de setembro (Dia da Independência), 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil) e 25 de dezembro (Natal).

A Comissão de Educação aprovou ainda um requerimento de Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente do colegiado, para realizar uma audiência pública em homenagem aos professores vencedores de 2014 do Prêmio Educador Nota 10, iniciativa da Fundação Victor Civita. A data da audiência ainda será marcada.

Nova chance para alunos com baixo rendimento

Estudantes com baixo rendimento escolar poderão ser incluídos num plano de recuperação especial, caso se transforme em lei a proposta da estudante Rafaela de Souza e Silva, participante do Projeto Jovem Senador, do Programa Senado Jovem. O plano de recuperação proposto por ela prevê a ampliação do horário escolar, a visita de educadores ao ambiente familiar e, quando necessário, a assistência psicológica aos estudantes.

A proposta determina que os sistemas de ensino identifiquem, até o final do primeiro bimestre letivo, os estudantes dos ensinos fundamental e médio com baixo rendimento ou baixa frequência, para incluí-los em plano de recuperação. Segundo o texto, são muitos os fatores causadores do baixo rendimento escolar, e não é possível creditar apenas aos alunos a responsabilidade por um eventual insucesso.

A proposta (PLS 467/2012) foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ontem, quando também foi aprovado o requerimento de urgência de Lúcia Vânia (PSDB-GO) para a apreciação do projeto no Plenário do Senado.

De acordo com a senadora, pesquisas educacionais têm demonstrado que muitos pais não têm conhecimento suficiente a respeito do funcionamento da instituição escolar e, em razão disso, têm

dificuldades para ajudar as crianças com problemas de aprendizagem.

— O apoio direto de educadores certamente ajudará a aumentar o suporte aos estudantes membros dessas famílias — disse.

Wilson Matos (PSDB-PR), disse que o projeto é bom, mas não soluciona o problema da educação no país. De acordo com o parlamentar, o próprio sistema educacional brasileiro é o responsável pelo atraso dos alunos.

Aprovada pensão vitalícia à atleta Lais Souza

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que concede pensão especial à atleta Lais Souza. De autoria da deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), o PLC 81/2014 concede pensão mensal vitalícia, em valor equivalente ao limite máximo do salário de benefício do Regime Geral da Previdência Social — R\$ 4.390,24. A proposta segue agora para análise do Plenário

com requerimento de urgência aprovado pela CE.

A pensão, que não se transmite aos herdeiros da beneficiária, se deve ao acidente sofrido pela atleta em 27 de janeiro deste ano que a fez perder os movimentos, sensibilidade e controle de todos os órgãos abaixo do pescoço. A autora da proposta explicou que “a atleta construiu uma carreira baseada na garra, na

perseverança e no sucesso”.

Aos 12 anos de idade, Lais já integrava a Seleção Brasileira de Ginástica Olímpica e representou o Brasil nas Olimpíadas de Atenas, em 2004, quando obteve a inédita nona colocação por equipes. Conquistou ainda medalha de ouro na Copas do Mundo de Cottbus e Stuttgart, na Alemanha.

Em maio de 2013, a Confederação Brasileira de Desportos na Neve (CBDN) convidou Lais a conhecer o esqui aéreo. Ela abraçou a modalidade e estava treinando nos EUA quando ocorreu o acidente. Como a família não tinha recursos para o tratamento, o Comitê Olímpico Brasileiro iniciou uma campanha de doações.

O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), explicou que o valor da pensão segue a regra aplicável aos auxílios mensais concedidos aos campeões das Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970, conforme a Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012).

Comissão recebe estudantes para debater cidadania e participação

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) recebe hoje um grupo de 70 estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal para debater sobre direitos humanos e participação popular no processo legislativo.

A visita faz parte do Projeto Direitos Humanos para Quem?, de iniciativa da Secretaria da CDH, que apresenta aos estudantes as funções da comissão e a importância da participação popular na democracia.

Segundo Ana Rita (PT-ES), presidente da CDH e orientadora do projeto, apresentar a democracia e os Poderes constituídos à juventude brasileira é indispensável para a formação de cidadãos mais conscientes de deveres e direitos para com a nação e do Estado com o nosso povo.

— É preciso que a juventude possa conviver com os Pode-

res para aprender mais sobre os próprios direitos e também seus deveres. Saber como participar aproxima a população da gestão pública e dos debates que conduzem os rumos do país. A despolitização tem sido um grave problema e nós, como Comissão de Legislação Participativa, temos que estar o mais próximo possível dessas crianças e adolescentes para incentivar a cidadania — afirmou a senadora.

Por meio do projeto, a CDH recebe adolescentes há mais de um ano. Já participaram estudantes de ensino fundamental, médio e superior das redes pública e privada. O projeto tem parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, por meio da Coordenação de Educação em Diversidade.

A visita ocorre no plenário 9 da Ala Alexandre Costa, a partir das 14h.



Pensão aprovada pelos senadores à ex-ginasta Lais Souza será de R\$ 4.390,24

Projeto agiliza pagamento do DPVAT em caso de invalidez

Segundo proposta aprovada em comissão, quem sofrer acidente de trânsito e ficar com lesão física ou psíquica permanente poderá receber seguro sem precisar ir ao IML, bastando ter laudo médico

LESÕES FÍSICAS OU psíquicas permanentes decorrentes de acidente de trânsito poderão ser comprovadas por laudo médico, e não apenas por avaliação do Instituto Médico Legal (IML). O objetivo da flexibilização é permitir que as vítimas de acidentes recebam mais rapidamente o seguro DPVAT. Um projeto com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O texto passará agora pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Conforme a proposta, o laudo médico pode ser apresentado quando a vítima não conseguir atendimento do IML por deficiência do serviço e quando não houver estabelecimento médico-legal na cidade onde ocorreu o acidente ou onde a vítima reside. O texto aprovado pela CMA é uma nova redação dada por Delcídio do Amaral (PT-MS) ao PLS 176/2008, de Alvaro Dias (PSDB-PR). Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) leu o relatório durante a reunião.

Delcídio manteve, como regra geral, que o interessado recorra ao IML para receber a indenização do DPVAT



As senadoras Ana Rita e Vanessa Grazziotin discutem projeto que trata do DPVAT

por invalidez permanente.

— Quando não for possível, admitimos que a parte interessada possa fazer a prova do estado de invalidez permanente e do grau da lesão mediante laudo médico subscrito por profissional devidamente habilitado para a função, sob as penas da lei — explicou.

O substitutivo (nova redação dada pelo relator) aumenta de 90 para 180 dias o prazo para a elaboração de laudo médico. Delcídio afirma que estudos técnicos mostram que seis meses é o tempo necessário para caracterizar invalidez permanente resultante de acidente de trânsito.

Para casos em que seja necessária uma avaliação mais aprofundada, o senador confere às seguradoras que operam com o seguro DPVAT

o direito de realizar perícia médica. Nesses casos, as próprias companhias devem arcar com os custos.

Delcídio também atualizou para R\$ 15 mil o valor da indenização em caso de morte e em caso de invalidez permanente e fixou em R\$ 3 mil o reembolso de despesas médicas. Determinou ainda que os valores sejam atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O texto prevê que consórcio de seguradoras que opera o DPVAT deve enviar anualmente as informações necessárias à elaboração, pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), dos cálculos para fixação dos valores dos prêmios do seguro obrigatório.

Comissão aprova jornada de 6 horas para operador de telemarketing

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem a regulamentação da atividade de telemarketing, estabelecendo a duração da jornada de trabalho dos operadores do serviço. O texto aprovado reúne elementos de dois projetos: o PLC 56/2009, do ex-deputado Bernardo Ariston, e o PLS 673/2011, do senador Vicentinho Alves (SD-TO).

Pelo texto, a jornada diária da categoria poderá ser fixada em até 6 horas, totalizando 36 horas semanais. A cada 90 minutos de trabalho contínuo, os operadores terão direito a 10 minutos de repouso, não computado na jornada diária. Em caso de descumprimento da regra, a empresa será obrigada a pagar ao trabalhador multa equivalente a dez vezes o valor do salário do funcionário.

Também estará sujeita a multa de pelo menos R\$ 30 mil a operadora de telemarketing que insistir em contatar um cidadão que já declarou não querer o serviço. Já a cessão ou comercialização não autorizada de bancos de dados de pessoas físicas ou jurídicas contatadas acarretará multa de R\$ 100 mil, aplicada em dobro em caso de reincidência.

As empresas poderão manter por até cinco anos registros de pessoas físicas e jurídicas destinatárias de cada campanha de telemarketing. O relator na CMA, Rodrigo

Rolleberg (PSB-DF), acatou, com emendas, o texto aprovado em fevereiro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O parecer foi lido por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Rolleberg incluiu o sábado entre os dias em que é permitido o contato das empresas de telemarketing com os consumidores. O texto aprovado na CCJ já autoriza o contato de segunda a sexta-feira. As chamadas poderão ser feitas entre as 8h e as 20h.

O relator apresentou um artigo para determinar que parte das regras contidas na lei não alcançam entidades filantrópicas e organizações sem fins lucrativos que prestam assistência social, educacional e de saúde. Ele manteve, no entanto, para operadores de entidades filantrópicas a jornada de seis horas de trabalho.

A proposta vai às Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Assuntos Sociais (CAS).



O senador Rodrigo Rolleberg, que relatou o projeto da CMA

Texto que prevê mais folgas a piloto e comissário volta à pauta

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) votará hoje o substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) ao PLS 434/2011, que disciplina a profissão de aeronauta (pilotos, copilotos, comissários e mecânicos de voo) e regula a jornada de trabalho. O texto passará pelo segundo turno de votação e poderá receber emendas.

Pelo texto, o número de folgas mensais sobe para 12. Atualmente, segundo a lei que regulamenta a profissão (Lei 7.183/1984), esses trabalhadores têm no mínimo 8 dias de repouso remunerado por mês.

Nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro, considerados alta temporada, será permitido que o número de

folgas mensais caia para 10, conforme o texto aprovado.

Segundo o relator, verifica-se uma distorção entre a quantidade de folgas dos aeronautas e a dos trabalhadores da maioria das categorias. Para elaborar o texto, Paim ouviu aeronautas e empresários do setor de aviação e observou que a lei atual está defasada.

A proposta estabelece uma remuneração adequada para o aeronauta que está à disposição da empresa em atividades de solo (como treinamentos e cursos de reciclagem). No projeto, Paim estabelece que as horas de sobreaviso serão pagas como horas de voo, à base de um terço do valor da hora normal, no período de tempo entre o início do

sobreaviso e o horário da apresentação do tripulante no local estipulado pelo empregador, quando convocado para uma nova tarefa.

Ao apresentar a proposta, Blairo Maggi (PR-MT) observou que a legislação relativa à jornada de trabalho da categoria é muito rígida.

O substitutivo tinha sido incluído na pauta da CAS de 29 de outubro, mas, em busca de consenso para afinar o texto e evitar novos atrasos na tramitação, os senadores decidiram adiar a votação. Na ocasião, os membros da CAS firmaram o compromisso de não apresentar recursos para votação em Plenário, o que significa que a proposta deverá seguir para a Câmara

dos Deputados depois de aprovada na comissão.

Lactose

Também está na pauta da CAS o projeto que obriga a indústria de alimentos a indicar o teor de lactose no rótulo das embalagens (PLS 260/2013). A proposta teve pedido de vista concedido na quarta-feira. Autor da proposta, Paulo Bauer (PSDB-SC) apresenta estudos que apontam a elevada ocorrência da intolerância à lactose no Brasil.

Relator da matéria, Cícero Lucena (PSDB-PB) constatou que os argumentos de Bauer demonstram de forma inquestionável a relevância sanitária de a população ser informada.

Adiada decisão sobre compensação a estados exportadores

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou ontem decisão sobre projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê compensação aos estados e ao Distrito Federal por perdas decorrentes das desonerações de produtos exportados.

Na proposta (PLS 312/2013 — Complementar), Simon estima em R\$ 18 bilhões as perdas sofridas pelas unidades federativas com a desone-

ração, introduzida inicialmente pela Lei Kandir e colocada na Constituição pela Emenda 42/2003. Um artigo acrescentado ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê a elaboração de lei complementar para disciplinar a compensação.

Para o senador, o governo federal dá sinais de querer se afastar do compromisso. Assim, acrescentou Simon, a compensação aos estados fica na

dependência de negociações anuais, na elaboração do Orçamento da União.

Relatório sobre o projeto, elaborado por Delcídio do Amaral (PT-MS), sugere a rejeição da proposta de Simon. Segundo o relator, o PLS 312/2013 é inoportuno pela impossibilidade de aumento da carga tributária ou da emissão de moeda e de título da dívida pública federal para financiar o impacto decorrente do texto.

Simon pediu a retirada do projeto de pauta, evitando a rejeição. Para ele, o tema deve ser discutido no conjunto das propostas para o pacto federativo. Ana Amélia (PP-RS) concordou e pediu vista do texto. A senadora considera enormes as perdas de estados exportadores, como Rio Grande do Sul e Pará. Ela disse ter recebido do secretário da Fazenda do Pará, José Tostes, um apelo para a solução do problema.

Vai a Plenário nova área de parque no Nordeste

Proposta aprovada ontem em comissão retira trecho ao sul do Parque das Nascentes do Rio Parnaíba, onde há atividade agrícola, e incorpora áreas à reserva, ampliando limites

O PARQUE NACIONAL das Nascentes do Rio Parnaíba, localizado entre Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, pode ter a área modificada. Um projeto com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e agora vai para votação no Plenário.

De autoria do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), o projeto PLC 47/2014 insere e retira áreas do parque. Atualmente, a área do parque é de 730 mil hectares. Com as mudanças nos limites, o parque aumentará o terreno para 750 mil hectares.

A proposta desafeta uma área ao sul do parque, ou seja, torna essa área um bem público apropriável. A área é composta de vegetação típica de Cerrado em diferentes graus de recuperação, onde há cultivo de grãos, atividade



O senador Odacir Soares e o deputado Nelson Marquezelli na reunião em que comissão aprovou mudanças no parque

agrícola realizada ali há vários anos. Segundo o autor, os limites estabelecidos têm dificultado a gestão da unidade.

Além disso, foram incorporadas áreas das nascentes do Rio Corrente, da Serra do Lajeado e a Área de Proteção

Ambiental do Jalapão.

Para o relator, Gim (PTB-DF), o projeto dá maior integridade aos recursos naturais do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. O senador diz que, segundo o Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o parque foi criado com o objetivo de proteger as nascentes do Rio Parnaíba, que é a segunda maior bacia hidrográfica do Nordeste.

Gim incluiu no relatório

informações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) sobre a fauna do local. De acordo com o instituto, são 60 espécies de mamíferos e 211 de aves. Alguns dos animais estão ameaçados de extinção, como o porco-do-mato, o veado-campeiro, a jaguatirica, a onça-pintada, o tatu-canastra, o tamanduá-bandeira, o gavião-real, a arara-azul-grande e o beija-flor-de-rabo-branco.

— Tal alteração promoverá a expansão desses limites, incorporando áreas com vegetação nativa e, ao mesmo tempo, desafetando regiões dedicadas há algum tempo ao cultivo de grãos, atividade incompatível com os objetivos de uma unidade de conservação do tipo parque nacional — disse Odacir Soares (PP-RO), que leu o relatório durante a reunião da comissão.

Texto prevê adoção de carregador universal para celular

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem uma proposta que estimula a universalização dos carregadores de bateria dos chamados smartphones (celulares inteligentes). O PLS 96/2014 busca simplificar a vida dos usuários, já que o uso de um carregador de modelo universal evitaria o acúmulo de dispositivos, reduziria os custos para os consumidores e diminuiria o desperdício, gerando impacto positivo ao meio ambiente.

O projeto, do senador licenciado Wilder Moraes (DEM-GO), aperfeiçoa o Programa de Inclusão Digital, do governo federal, ao induzir, via incentivo fiscal, que os fabricantes de smartphones instalados no país adotem um modelo de carregador padronizado a ser definido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Tal postura segue o direcionamento internacional, que busca a padronização.

Em 2009, países da Europa

comprometeram-se a investir em um modelo de carregador que sirva para todos os aparelhos telefônicos, sendo escolhido o padrão mini-USB. A União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) especializada em tecnologias da informação e comunicação, avaliou que essa medida tem o potencial de eliminar o desperdício de 50 mil toneladas de carregadores, o que representa uma redução da emissão de gases de efeito estufa da ordem

de 14 milhões de toneladas a cada ano.

O relator, Alfredo Nascimento (PR-AM), apresentou uma emenda para substituir a palavra “padrão” por “universal”, pois, no julgamento do senador, confere mais precisão ao comando legal proposto.

A proposta recebeu relatório ad hoc de Ângela Portela (PT-RR) e agora vai para as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE).



Ângela Portela apresenta relatório que trata de carregador único para celulares

Comissão pode votar hoje proposta que reconhece união homoafetiva

O projeto que cria o Estatuto das Famílias está na pauta de hoje da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O PLS 470/2013, de Lídice da Mata (PSB-BA), revoga a parte do Código Civil que trata do direito de família ao estabelecer novas regras para essas relações.

O estatuto causa polêmica ao reconhecer a relação homoafetiva como entidade familiar e ao rever o instituto da união estável sem restringi-la à ligação formal entre um homem e uma mulher. O texto defende a regulação de direitos e deveres dos membros da família em qualquer modalidade, inclusive fora do casamento. Além disso, incorpora novos arranjos, a exemplo das famílias recompostas, fundadas em parentesco por afinidade, como entre enteados e padrasto.

A União dos Juristas Católicos de São Paulo (Ujucasp) e a Associação de Direito de Família (ADFAS) se manifes-

taram contra a proposta, sob a alegação de que pretende substituir todo o livro do direito de família do Código Civil, o que seria inconstitucional. Uma das críticas é que o estatuto legaliza as relações extraconjugais.

No manifesto em favor da aprovação do estatuto, o Instituto Brasileiro de Defesa de Família (IBDFAM) rebate a acusação:

— Muito pelo contrário. O Estatuto das Famílias nasce para responsabilizar todos aqueles que mantêm famílias paralelas. Os que fazem essa acusação querem manter uma verdadeira cultura de incentivo e permissão aos relacionamentos fora dos casamentos e das uniões estáveis. Do jeito que está hoje, os cidadãos mantêm famílias paralelas e não são responsabilizados pelos seus atos.

Para a autora, o projeto não deve ser votado com pressa, pois merece debate e apreciação do Congresso para tornar mais fácil a vida das famílias.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Maria Helena Mallmann será ministra do Tribunal Superior do Trabalho e Valter Casimiro Silveira, diretor do Departamento de Infraestrutura de Transportes

Senado confirma indicados para o TST e o Dnit

O SENADO APROVOU ontem o nome da desembargadora Maria Helena Mallmann para o cargo de ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o de Valter Casimiro Silveira para o posto de diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Maria Helena ocupará a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Alberto Reis de Paula. A indicação havia sido submetida ao Plenário na semana passada, mas a votação não foi concluída por falta de quórum. Ela foi aprovada ontem com 43 votos favoráveis, 3 contrários e 2 abstenções.

Maria Helena foi sabatinada em agosto pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e recomendou aos legisladores a extensão de

direitos básicos, como carteira assinada e salário mínimo, para os bolivianos, paraguaios e africanos que têm chegado ao país. A desembargadora defendeu a competência da Justiça do Trabalho para julgar causas geradas por acidentes de trabalho e destacou o uso dos mecanismos de mediação e arbitragem na solução de conflitos.

Maria Helena Mallmann ingressou na magistratura em 1981. Atuou nos municípios gaúchos de Bagé, Pelotas, Santa Cruz do Sul, São Jerônimo, Osório, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul e Porto Alegre. Em 2001, foi promovida a desembargadora do TRT-RS, do qual foi presidente. A juíza também presidiu a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV) e a Associação Nacional dos Magistrados da



Marcos Oliveira/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado

Maria Helena Mallmann foi sabatinada em agosto pela CCJ, e Valter Casimiro em maio, pela CI

Justiça do Trabalho (Anamatra).

Por sua vez, Valter Casimiro Silveira já exerceu no Dnit os cargos de coordenador de Obras Hidroviárias Diretas e Delegadas e de coordenador-geral de Portos Marítimos.

Durante exposição na sabatina na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em maio, Silveira afirmou que trabalha há sete anos com o modal aquaviário e destacou a participação na coordenação das ações do setor no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ele ressaltou ter adquirido “conhecimento das demandas do setor para diminuir os gargalos e estimular um aumento na participação do modal na logística de transporte do país”.

O indicado terá as atribuições de gerenciar a execução de projetos de construção, operação, manutenção e restauração da infraestrutura aquaviária e exercer o poder normativo relativo à utilização dessa rede.

Senadores aceitam mudança em cargos no TJ-DF

O Senado aprovou ontem dois projetos que transformam cargos no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF). Os projetos, de iniciativa do tribunal, não envolvem aumento de despesas. Os dois textos já haviam sido aprovados pela Câmara e agora seguem para a sanção presidencial.

O PLC 82/2014 transforma nove cargos vagos de auxiliar judiciário em um cargo de técnico e dois de analista judiciário. O objetivo da proposta é privilegiar a contratação de servidores que executem a atividade-fim da carreira, já que as atividades dos auxiliares

judiciários foram terceirizadas.

O PLC 83/2014 transforma nove cargos de juiz de direito em nove cargos de juiz de direito de turma recursal. A justificativa para a mudança é dar celeridade ao Sistema dos Juizados Especiais, o que depende da convocação de juízes de turmas recursais.

Indicação de Pablo Renteria à CVM passa em comissão e vai a Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por 16 votos favoráveis e nenhum contrário, a indicação de Pablo Waldemar Renteria para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A matéria segue para votação em Plenário, em regime de urgência.

O indicado trabalhou na CVM entre 2008 e 2013, como assessor para assuntos regulatórios, chefe de gabinete da Presidência do órgão e superintendente da área de Processos Sancionadores. Conduziu investigações sobre operação fraudulenta, manipulação de mercado, exercício abusivo do poder de controle em companhias abertas,

violação dos deveres fiduciários por administradores de companhias abertas, entre outras.

Em sabatina realizada antes da votação, o indicado apontou princípios de transparência e governança como essenciais ao trabalho da CVM, uma autarquia encarregada de regular o funcionamento do mercado de valores mobiliários.

— Sem transparência e sem governança, os investidores não poderiam confiar nas companhias e o mercado não teria credibilidade. Consequentemente, o custo de captação se tornaria mais elevado, o que prejudicaria o financiamento da produção brasileira

— resumiu Pablo Renteria.

Na avaliação dele, o mercado brasileiro de valores mobiliários apresenta “crescimento vigoroso”, estando hoje entre os mais relevantes do mundo. Em resposta a Gleisi Hoffmann (PT-PR), explicou que esse bom desempenho se deve ao tamanho do mercado e a uma regulação exemplar, seguida por outros países.

Ao comentar a regulação no Brasil, ele afirmou que muitos dos problemas da crise financeira mundial não chegaram ao país devido à qualidade da regulação adotada.

Ana Amélia (PP-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) questionaram o in-

dicado quanto a regulações da CVM para proteger pequenos acionistas.

Em resposta, ele disse ser relevante sempre informar aos investidores quanto aos riscos do mercado, para evitar a visão equivocada de que a rentabilidade das aplicações estaria assegurada. O mais importante, frisou, é disponibilizar sempre informações seguras.

Em resposta a Jayme Campos (DEM-MT) e Douglas Cintra (PTB-PE), disse ser dilema constante da CVM a busca de equilíbrio entre a flexibilidade para aceitar novos produtos no mercado, sem afrouxar na segurança e proteção aos investidores.

Suplicy registra apoio do Parlasul a famílias de estudantes mexicanos

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou mensagem de solidariedade



Jefferson Ruy/Agência Senado

às famílias dos 43 estudantes mexicanos desaparecidos há cerca de duas semanas. Eles teriam sido entregues pela polícia a traficantes e, posteriormente, mortos. A reunião do Parlasul foi realizada na última segunda-feira.

O senador informou ter apresentado na reunião o projeto de renda

básica elaborado por ele e parlamentares de outros países em 2012 em reuniões do Parlamento Latinoamericano (Parlatino). O objetivo da proposta é garantir a implementação progressiva da renda básica a partir dos grupos com mais carência até chegar a toda a população.

— O direito humano à renda básica é fundamental, não renunciável, inalienável, imprescindível e não objeto de qualquer troca — explicou.

Ferraço pede aprovação de fim de taxa sobre terrenos de marinha

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu empenho na aprovação da proposta que extingue a cobrança de taxa sobre terrenos de marinha. Em sua avaliação, esse tributo, estabelecido no século 19 com base na defesa da costa brasileira, tornou-se um instituto anacrônico e sem sentido, que não existe em nenhum outro país.

Ferraço lembrou que, no Espírito Santo, as taxas sobre terrenos de marinha afetam 100 mil famílias e, segundo o se-



Jefferson Ruy/Agência Senado

nador, fazem da União “a maior imobiliária do estado”.

— Há, ainda, inúmeros casos de famílias que nem ao menos

sabiam que os imóveis eram de propriedade da União quando fecharam e lavraram o negócio em cartório e que são surpreendidas depois, de uma forma ou de outra, com cobranças de taxas de marinha. Essas famílias nem podem contestar a cobrança por não terem sido notificadas — afirmou Ferraço.

Anibal destaca Enem como caminho democrático à educação superior

Anibal Diniz (PT-AC) destacou o sucesso do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado no último final de semana.

O senador lembrou que o Enem garante aos estudantes acesso a universidades públicas e a programas como o Brasil sem Fronteiras, o ProUni, o Pronatec e o Fies.

Em sua avaliação, o exemplo do estudante acriano Francisco Assis Filho, de 16 anos, que viajou dez horas e



Moreira Moutz/Agência Senado

dormiu quatro noites numa embarcação no porto da cidade de Cruzeiro do Sul para poder fazer as provas, confirma a im-

portância do Enem para jovens e adultos que sonham com um futuro melhor.

— O sucesso do Enem é, na realidade, o sucesso do ensino público brasileiro, que é o caminho mais democrático para que todos tenham acesso a uma universidade pública, gratuita e de boa qualidade.

Senado aprova mudança em carreiras policiais

Texto confirma exclusividade de delegados para o cargo de diretor-geral da Polícia Federal. Definição de outras chefias do órgão será explicitada em nova medida provisória

O SENADO APROVOU ontem as mudanças na carreira dos delegados da Polícia Federal (PF) feitas pela Medida Provisória 657/2014. Foram confirmadas as alterações feitas pela Câmara relacionadas às carreiras de perito criminal federal e de delegado da Polícia Civil do Distrito Federal. O texto seguiu para sanção presidencial como projeto de lei de conversão (PLV 16/2014).

A medida, objeto de críticas de outras categorias da PF ao longo da tramitação, tornou privativo de delegados da classe especial o cargo de diretor-geral da instituição. Até então, o cargo era de livre nomeação e exoneração pelo presidente da República. Tradicionalmente, porém, o presidente indica um delegado do último nível da carreira.

O texto também estabelece regras para o ingresso na carreira de delegado: a seleção deve se dar por concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e os candidatos devem ter três anos de atividade jurídica ou policial.

Um dos trechos criticados pelos demais setores da PF diz que os delegados “são responsáveis pela direção das atividades do órgão”. O relator-revisor da MP, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que isso não significa que todos os cargos de chefia serão exclusivos de delegados. Jucá assegurou que o governo



Plenário do Senado, sob olhares de profissionais da Polícia Federal, aprova medida provisória que estabelece regras para o ingresso na carreira de delegado

federal tratará de esclarecer o assunto futuramente. Ele disse que se reuniu com os ministros Aloizio Mercadante (Casa Civil) e Ricardo Berzoini (Relações Institucionais) e obteve a garantia de que uma nova medida provisória regulará o tema.

— Vamos aprovar do jeito que está, para que não haja prejuízo do que já está em vigor, e o governo federal se compromete a ajustar esse parágrafo no futuro. Quero assegurar [aos policiais de outras categorias] que suas funções serão respeitadas e cada setor será responsável por sua área específica — garantiu.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) votou contra o projeto por entender que a discussão do assunto não foi adequada e contribuiu para afastar as categorias da Polícia Federal umas das outras.

— Eu queria encontrar pontos de unidade, não só entre agentes, delegados e demais categorias da PF, como também entre as categorias e o Ministério Público. Essa

divisão e esse afastamento só interessam ao crime organizado — argumentou.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) fez críticas ao texto.

— É para resolver o quê? Para dizer que o cargo de diretor-geral da PF é privativo de delegado? Isso já é assim

há muitos anos. Não havia necessidade de chover no molhado — ironizou.

Lídice da Mata (PSB-BA) também lamentou o resultado.

— Quando um acordo não é costurado devidamente, assistimos à divisão de um órgão importante como é a Polícia

Federal — afirmou.

Favorável à proposta, o representante dos delegados da PF, Carlos Eduardo Sobral, disse que a saída encontrada pacifica a força policial e garante que cada categoria ocupará espaço próprio de acordo com sua função.

Texto abrange perito federal e policial civil do DF

A medida provisória aprovada ontem também diz respeito à carreira de peritos federais e policiais civis do Distrito Federal.

Os peritos, que fizeram oposição severa à MP 657 ao lado de agentes e papiloscopistas, foram contemplados com algumas garantias, especialmente no que diz respeito aos cargos de direção e chefia.

Uma das principais críticas ao texto apontava uma suposta restrição aos delegados no acesso às chefias.

O trecho acrescentado determina que os cargos de direção da área pericial sejam

reservados para os peritos, que ainda ganham garantia de autonomia técnica e científica.

O ingresso no cargo deverá se dar por meio de concurso público de provas e títulos, exigida formação superior e específica.

No entanto, a categoria considera isso insuficiente. Para Carlos Antônio de Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, o novo dispositivo é na verdade um retrocesso em relação a acordos anteriores.

— Uma emenda retirou a autonomia funcional dos

peritos, que é necessária para que o perito possa buscar informações e vestígios da forma como ele entende, dentro do seu conhecimento científico — avaliou.

A emenda, feita pela Câmara, também trata dos delegados da Polícia Civil do DF. Essa carreira passa pelas mesmas modificações que afetarão os delegados da Polícia Federal. Isso significa que, a partir de agora, apenas delegados da classe especial (o último nível da carreira) podem chegar a diretor-geral do órgão, cargo que é indicado pelo governador do DF.

Aloysio diz que PSDB votará contra redução do superávit fiscal



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) anunciou que seu partido votará contra o projeto que reduz o superávit fiscal previsto para este ano. Segundo o senador, o Executivo deveria economizar neste ano R\$ 116 bilhões, mas as contas públicas apresentam um “rombo” de R\$ 15 bilhões no período de janeiro a setembro.

Por isso, Aloysio afirma que, ao pedir ao Congresso a redução do superávit, a presidente Dilma Rousseff confessa que, em vez de economizar, gastou mais do que arrecadou.

— O governo é irresponsável na gestão das finanças públicas.

Para Lúcia Vânia, Dilma cometeu “estelionato eleitoral”



Lúcia Vânia (PSDB-GO) classificou de “estelionato eleitoral” o conjunto de medidas tomadas pela presidente Dilma Rousseff logo depois da eleição de 26 de outubro. Para ela, o aumento dos juros e dos combustíveis foram postergados por motivos “eleitoreiros” e contrastam com o cenário otimista da propaganda eleitoral do PT.

A senadora mencionou o anúncio de indicadores negativos sobre inflação, déficit da balança comercial e resultado fiscal, salientando que a divulgação desses números foi contida durante a campanha.

Humberto Costa afirma que países do G20 adotarão “PAC global”



Humberto Costa (PT-PE) mencionou em Plenário a decisão do G20 de propor a adoção de uma espécie de “PAC global”, nos moldes dos que foram implementados no Brasil. O G20, que reúne as mais importantes economias do mundo, incluindo o Brasil, está reunido nesta semana na Austrália.

O senador explicou que a medida visa acelerar o crescimento mundial nos próximos cinco anos em pelo menos dois pontos percentuais. Nisso, disse ele, o Brasil contribuirá com US\$ 50 bilhões em investimentos em obras de infraestrutura.

Ângela comemora novas regras para dívidas de estados



A senadora Ângela Portela (PT-RR) afirmou ontem que o projeto que alivia a dívida de estados e municípios com a União, aprovado no Senado, corrige uma injustiça, além de ser indispensável para que esses entes da Federação possam investir. A proposta troca o indexador das dívidas, que é o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

— Esperamos que os novos termos permitam aos entes federados a retomada dos investimentos — ressaltou.

Inácio Arruda convoca pressão popular em apoio ao governo



Inácio Arruda (PCdoB-CE) propôs que o governo federal dialogue com os movimentos sociais para criar uma “pressão da sociedade junto ao governo, não contra o governo”.

— Mais desenvolvimento social precisa de decisão política corajosa, que precisa de base de apoio. E base de apoio é o movimento social. Temos que chamá-lo para dentro do Planalto — disse o senador.

Inácio disse perceber uma movimentação do mercado para pressionar a presidente Dilma a cortar investimentos, o que prejudicaria o crescimento.